



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**POLÍTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO EXTERIOR
BRASIL-ARGENTINA
(1946-1955)**

Regis Marques de Magalhães

Professor Dr.: Carlos Eduardo Vidigal

Brasília
2014

POLÍTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO EXTERIOR BRASIL-ARGENTINA
(1946-1955)

Regis Marques de Magalhães

Monografia apresentada ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
Brasília para obtenção do grau de licenciado em
História.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal – Orientador

Brasília

2014

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar as políticas econômicas e o comércio exterior de duas experiências governamentais na América Latina do século XX, entre 1946 e 1955, a Argentina do general Juan Domingo Perón e o segundo período presidencial de Getúlio Vargas no Brasil. O enfoque recai principalmente nas concepções internas e externas de comportamento econômico e intercâmbio comercial dos dois países, abordam-se certamente diferenças e semelhanças que ajudam a compreender as relações bilaterais do período. A pesquisa documental apresenta os discursos pronunciados pelos dois governantes, aliados aos trabalhos de diversos historiadores e economistas interessados no aprofundamento deste tema, fundamental para compreensão contemporânea das relações Brasil-Argentina.

Palavras-chave: Políticas econômicas; comércio exterior; relações bilaterais Brasil-Argentina.

Abstract

This paper intends to analyse the economic policy and the foreign trade of two government experiences in Latin America on 20th century, between 1946 and 1955, Argentina of general Juan Domingo Perón and the second presidential period of Getúlio Vargas in Brazil. The way of focusing is mainly the external and internal conceptions in economical behavior and commercial dealing from nation to nation, broaching differences and likeness which helps to understand the relations that affects reciprocally the two nations. The documental research expose the speeches pronounced by the presidentes, associated with the Works of several historians and economists interested in this subject, very importante to comprehend the contemporary foreign relations Brasil-Argentina.

Key-words: economic policy; foreign trade; foreign relations; Brazil-Argentina.

.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família pelo imenso apoio durante esta etapa de graduação. Ao meu orientador, Prof. Carlos Eduardo Vidigal pela colaboração em diversos trabalhos anteriores, sugestões de leitura, conversas despreziosas e guiando a pesquisa com sua experiência e conhecimento sobre o tema. Sem seus conselhos e atenção, não seria possível concluir esse trabalho.

E, aos amigos do curso de História que tanto contribuíram para aguçar minhas interpretações sobre a América do Sul.

Sumário

Introdução	7
I Vargas e Perón: política e conjuntura econômicas	10
1.2 – O retorno de Getúlio	10
1.3 – Comércio exterior: reajustamento do coeficiente de importações	14
II Novas condições para o desenvolvimento: o governo peronista	15
2.1 - Planos quinquenais, nacionalização e industrialização.	20
III Comércio exterior e relações bilaterais Brasil-Argentina	22
Considerações finais	27

Introdução

O presente texto se propõe a analisar a política econômica de duas experiências desenvolvimentistas na América Latina e seus respectivos intercâmbios no comércio exterior: o segundo período governamental de Vargas (Brasil, 1950-1954) e o governo Perón (Argentina, 1946-1955). Embora aceite a semelhança entre ambas, comumente mais enfatizada pelos estudos acerca do tema, procura mostrar certas diferenças entre elas em matéria de natureza econômica. Em relação ao comércio exterior busca-se demonstrar os fluxos de mercadorias e capitais, com enfoque para as áreas industrial e agroexportadora.

Embora as relações entre os dois países tenham sido fortemente marcadas por suas vidas políticas internas, o ponto de simetria temporal entre os governos, torna possível traçar semelhanças e diferenças no plano econômico, levando em consideração fatores internos e externos que marcaram sua evolução. Usualmente os governos de Vargas (1930-45 e 1951-54) no Brasil e de Perón (1946-55) na Argentina são considerados como exemplos típicos do populismo¹ latino-americano do século XX. As relações entre Brasil e Argentina têm como um dos aspectos mais importantes, a rivalidade em torno do campo econômico, no período contemporâneo esta dinâmica de novas variáveis nacionais e internacionais, os quais permitem rápidos processos de industrialização.

As análises tendem a convergir que ambos encabeçaram governos intervencionistas, de cunho mais ou menos nacionalista, os quais procuraram estabelecer a mediação entre diferentes segmentos e classes em um momento crucial da história de seus países, qual seja, da transição entre um modelo econômico agrário-exportador, para outro, centrado no desenvolvimento industrial através da substituição de importações. Espera-se compreender este momento utilizando os recursos de pesquisa disponíveis para produção de conhecimentos pertinentes ao entendimento de possível integração regional dos dois países em matéria de assuntos econômicos e comerciais.

A pesquisa tem por objeto o estudo dessas duas situações econômicas, bem como suas respectivas políticas econômicas e relações entre Brasil e Argentina com ênfase em temas de natureza econômica e sua principal fonte de pesquisa são os discursos (pronunciamentos oficiais, entrevistas, relatórios) do segundo período presidencial de Vargas (1950-1954) e de Perón (1946-1955), associados a medidas de política econômica adotadas por seus governos. Não se pretende

¹Acerca das várias conceituações do vocábulo, podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Não é intuito deste trabalho aprofundar o debate sobre esse conceito.

arrolar exaustivamente as políticas econômicas executadas com o propósito de analisá-las individualmente, mas focar o tratamento de ambos a alguns dos principais temas controversos da conjuntura em que governaram, como a polaridade entre agricultura e indústria e distribuição de renda versus crescimento econômico, os quais, por sua relevância no debate da época, permitem que se detecte com mais precisão semelhanças e diferenças e se possa traçar um paralelo entre ambos. Para tanto, o recurso metodológico de recorrer aos discursos deve-se à possibilidade de os mesmos auxiliarem sobremaneira a detectar intenções e projetos, mesmo que estes por vezes não consigam, quando de sua execução, êxito no alcance dos objetivos planejados, ou mesmo nem cheguem a se materializar como medidas efetivas de política econômica.

Assim, sem ignorar as contribuições anteriormente mencionadas que ressaltam as semelhanças e os padrões repetitivos entre um e outro governo, trabalhar-se-á com a hipótese segundo a qual ambos também apresentam diferenças significativas, as quais não podem ser ignoradas e muitas vezes são subestimadas ou obscurecidas. O tema a ser analisado tem uma importância histórica ímpar, pois os dois governos ajudaram a traçar um quadro de ações políticas, econômicas e institucionais que definiram provavelmente uma nova realidade interna.

Pretende-se particularizar a análise da política econômica em Vargas (Brasil, 1950-1954) e Perón (Argentina, 1946-1955), ou seja, analisar em perspectiva, as políticas econômicas internas e qual direcionamento dado às relações comerciais entre as duas nações, principalmente no que tange ao fluxo de mercadorias e serviços. Esta questão torna-se particularmente relevante em um contexto no qual a área de estudos sobre a formação econômica contemporânea dos países em questão, possibilita o enriquecimento e compressão do contexto histórico em outras áreas de conhecimento. Portanto incorpora relações principalmente entre as ações políticas tomadas pelos dois projetos de reestruturação econômica.

As comparações entre Brasil e Argentina se constroem assim sobre recortes restritos de tempo e na problemática de estreitos limites regionais ou locais. Este trabalho tem a intenção de esboçar um quadro de conjunto que em escala nacional, procura contemplar na argumentação as especificidades de cada país, onde o Estado nacional desempenhou papel central na sua construção. A outra parte do trabalho compõem-se das relações comerciais entre os dois países, o que se configura na busca de integração embrionária por meio dos mecanismos de comércio exterior.

Ao construir a imagem histórica de cada país, espera-se encontrar novos pontos de reflexão, ou pelo menos lugares de diferentes de olhar os problemas das respectivas nações, e que aqueles que atuam em esferas de pesquisa possam encontrar nesse passado motivos adicionais

para uma colaboração mais estreita entre Brasil e Argentina. Refletir sobre a ação do Estado no campo econômico, pois este também propõe e executa medidas de maior envergadura, estruturais e institucionais, com alcance de longo prazo e capazes de abrir novos caminhos e alternativas, imbuídas na vasta utilização da pesquisa.

O recurso metodológico de recorrer aos discursos e planos econômicos de governo de ambos presidentes deve-se à possibilidade de os mesmos auxiliarem a detectar projetos e intenções, mesmo que estes por vezes não consigam, quando de sua execução, o êxito de alcançar os objetivos planejados.

As pesquisas em documentação indireta incluem e a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outros meios de informação como os periódicos. Assim, sem discriminar as semelhanças e os padrões repetitivos entre um e outro governo, trabalhar-se-á com a hipótese de que ambos também apresentam diferenças significativas, as quais não podem ser ignoradas e muitas vezes são subestimadas ou obscurecidas nos rótulos mais generalizantes de “populistas”, “autoritários”, dentre outros adjetivos. Tem-se como corolário que trazer à tona essas diferenças ajudará na compreensão do significado histórico tanto do peronismo como do varguismo.

Assume-se, para tanto, o pressuposto metodológico de que ambos constituem respostas próprias a demandas e problemas de seus países, pelo que a proximidade temporal e os traços comuns não podem apagar as diferenças, com o risco de se simplificar e generalizar fenômenos complexos. Como passo metodológico, o trabalho procura dialogar com as principais propostas e fontes decorrentes do período, pronunciamentos, programas econômicos dos governos, dados e estatísticas relevantes da economia brasileira e argentina no já delimitado espaço de tempo. É evidente que será utilizada a bibliografia básica, referente não somente aos aspectos particulares do campo econômico, mas também exames históricos gerais como política econômica que nos ajudam a compreender melhor o porquê da necessidade de programas econômicos preocupados com determinadas áreas de atuação. Assume-se aqui como pressuposto – por sua obviedade – que a relação entre estrutura e conjuntura não é linear nem unívoca, posto que permeada por variáveis extra econômicas, principalmente de cunho político.

A percepção de projetos de longo prazo, por parte do analista preocupado em captar o sentido e intenções da ação governamental, torna-se mais viável ao se incorporar este outro conjunto de variáveis. Em outro trabalho, sobre a gênese do Nacional-Desenvolvimentismo na década de 1930, assumiu-se a mesma metodologia para mostrar que já nesta se detectam evidências quanto à existência de um projeto de industrialização implementado e defendido de forma deliberada e consciente pelo governo. A literatura econômica, em parte por centrar-se nas políticas instrumentais, normalmente considera que isso só teria ocorrido na década de 1950.

Enquanto Vargas se centrava em medidas para mudar a estrutura econômica do país, com ênfase à industrialização, Perón deu maior prioridade à redistribuição de renda do que a mudanças no modelo econômico, o qual já vinha sendo implementado na Argentina antes de seu governo. Em um momento crucial da história de seus países, qual seja, da transição entre um modelo econômico agrário-exportador para outro, centrado no desenvolvimento industrial através da substituição de importações. O Estado também cresceu significativamente em ambos os países, tanto em dimensões quanto em medidas de intervenção. Esse fato se evidencia, sobretudo, no quadro de tarefas desempenhadas e nas tentativas de regulamentação e controle da vida social.

A história econômica argentina e do Brasil, assim como das políticas econômicas nos distintos governos desses países conformam um fecundo campo temático, em que a sucessão de mudanças e crises convocam a uma busca por entendimentos mais profundos. A economia deve ser apresentada com enfoque mais fluido, em que sua linguagem propicie maior entendimento da realidade política e social, ou mesmo que as condicionantes das relações comerciais contribuam para o tenso processo de integração dos dois países, ainda em construção. O estudo dos planos econômicos e as relações comerciais dos países permite compreender em que medida os problemas tem raízes históricas.

I – Vargas e Perón: política e conjuntura econômicas

1.2 – O retorno de Getúlio

A ascensão de Perón ao poder coincidiu com o momento em que Vargas se retirava em condições bastante excepcionais, ainda sustentados pelas bases sociais adquiridas durante seu governo, exemplo da força que exercia nos setores trabalhistas. Ao mesmo tempo em que inauguravam uma nova forma de liderança política no continente, tanto Vargas quanto Perón passaram a ser percebidos como uma ameaça aos interesses norte-americanos na América Latina. A influência exercida pelos Estados Unidos sobre a evolução dos eixos políticos no Brasil e na Argentina no imediato pós-guerra tendente a evitar a continuidade de Vargas e a vitória de Perón, apresentou resultados opostos. Após um primeiro momento de identificação, Brasil e Argentina tomaram caminhos diferentes, tanto em suas respectivas políticas internas ou externas.

Do ponto de vista econômico, o governo Dutra, sucessor presidencial do Estado Novo, se iniciou seguindo um modelo liberal. Os controles exercidos pelo governo anterior foram extintos e a intervenção estatal condenada, acreditando na livre importação de bens de toda espécie, o que levou ao esgotamento das divisas. A nova política econômica promoveu desestímulos as

exportações em detrimento do mercado interno, sobretudo como resposta aos problemas de balança de pagamento e da inflação.²

O retorno de Getúlio a presidência, desta vez de forma democrática, teve como base um campanha voltada na defesa da industrialização e na necessidade de ampliar a legislação trabalhista. Os temas de política econômica interna abrangiam, sobretudo, a posição do Brasil no quadro das relações internacionais. Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se aplicar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional, ou seja, reforçar a presença do Estado como regulador da economia e investidor de áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Apoiava ainda uma postura rígida de combate à inflação, por meio do controle de gastos do governo.³ No quadro internacional eram favoráveis a uma posição de distanciamento relativo aos Estados Unidos, enquanto seus opositores defendiam a necessidade do Brasil se alinhar sem restrições com os americanos.

Getúlio Vargas, eleito presidente pelo voto popular direto, encontrou um país diferente daquele que deixara em 1945. O setor industrial se expandira, assim como a presença do capital estrangeiro, notadamente o estadunidense. Dois grupos emergiram nesse contexto político-econômico, o supracitado nacionalista, e outro, tendo à frente a UDN, se encontravam os defensores da maior participação do capital externo na economia nacional, alegando a necessidade de transferência de tecnologia e capitais. Apesar de forte oposição o governo encabeçado pelo presidente manteve-se fiel ao seu pensamento nacionalista, mas sabia que era impossível renegar a presença do capital estadunidense. Para contornar a situação defendeu que os capitais externos deveriam ser “disciplinados” e o Estado deveria participar ativamente do processo econômico.

Ao aumento da participação do Estado caberiam três funções especiais, a adequação do arcabouço institucional à indústria, com mecanismos para direcionar capitais da atividade agrícola para o industrial, dada a ausência de um mercado de capitais organizado. Assim como a geração de divisas ia sendo dificultada o projeto nacional só se tornaria viável com o recurso ao capital estrangeiro, quer na forma de dívida externa quer na forma de investimento direto. O Estado deveria atuar de forma complementar ao setor privado, entrando em áreas cuja necessidade de capital e riscos envolvidos inviabilizavam a presença da atividade privada, nesse momento.⁴

² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 2. ed, pp. 222 e 223.

³ *Idem*, *ibidem* p. 225.

⁴ GREMAUD, Amaury Patrick e VASCONCELOS Marco Antônio de Sandoval. *Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração*. São Paulo: Atlas, 1996. pg 178.

Vargas propunha acelerar o processo interno de substituição de importações de forma simultânea à constituição de estoques de bens intermediários, com recursos externos que ajudassem a financiar essas medidas:

No plano interno, além das providências monetárias e fiscais, indicadas noutra parte, diligenciarei no sentido de promover uma política de estocagem de produtos essenciais: ampliar a capacidade de armazenagem; apressar a conclusão de empreendimentos de relevante interesse para economia do país, dependentes de *financiamentos externos*, obtendo para esse fim as prioridades para importações indispensáveis. (VARGAS, 1951-1954, pg. 394).⁵

Esta ampla participação estatal gerava uma tendência ao déficit público e forçava o recurso ao financiamento inflacionário, na ausência de fontes adequadas de financiamento.⁶

Apesar de seus cuidados em equilibrar a frágil política interna, o presidente optou cada vez mais por um discurso e por medidas que se chocavam com os interesses dos setores sociais conservadores. Adotou uma linha nacionalista na área econômica⁷, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas do balanço de pagamentos. Embora comprometido com o nacionalismo, Vargas foi forçado, em vista dos compromissos de campanha assumidos com o PSD, a manter muitos membros desse partido no poder, o que levaria a certo descontrole dos atos do governo. A tentativa do presidente de ampliar sua base de sustentação, agradando alguns setores, transparece em sua mensagem ao Congresso em 1951⁸, quando afirma facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez que não ferissem os interesses políticos fundamentais do país. Ao mesmo tempo, falava às camadas populares em tons nacionalistas. Adotou uma linha nacionalista na área econômica⁹, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas do balanço de pagamentos.

Havia a necessidade de conciliar interesses diferentes que, na prática, eram inconciliáveis e mutuamente incoerentes. De um lado, Vargas precisaria responder as exigências do nacional-populismo e do desenvolvimentismo, assegurando popularidade junto às camadas urbanas e respondendo a seus compromissos nacionalistas históricos. De outro lado, em função de acordos que viabilizaram sua candidatura, posse e governabilidade junto ao Congresso, compusera-se

⁵ VARGAS, G. *Mensagem ao Congresso Nacional (1951 – 1954)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951 – 1954. Pg. 26. In: BASTOS, Paulo Zahluth e FONCECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pg. 394.

⁶ GREMAUD, Amaury Patrick e VASCONCELOS Marco Antônio de Sandoval. *Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração*. São Paulo: Atlas, 1996. pg 179.

⁷ Idem., pp. 225.

⁸ SKIDMORE, T. (1969). *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga.p 187.

⁹ Idem., pp. 225.

politicamente com setores mais conservadores e/ou alinhados com interesses econômicos e políticos norte-americanos.¹⁰

Se é verdade que Vargas aderiu ao ideário nacional-desenvolvimentismo, ele não era xenófobo nem “entreguista, e sim flexível, pragmático e politicamente realista. Mesmo no segundo governo, o estadista não deixou de buscar um desenvolvimento “associado com organizações externas”, pois continuava carecendo contornar a escassez de reservas cambiais... (BASTOS, 2012).¹¹

O governo promoveu algumas medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Além disso, Vargas propôs, no início de 1954 – para desagrado do setor empresarial -, um reajuste de 100% no valor do salário mínimo, com objetivo de repor as perdas perante a inflação.¹²

Entretanto acontecimentos posteriores reforçaram o movimento de oposição, quando o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura acusou o presidente e o Ministro do Trabalho, João Goulart de terem assinado um acordo secreto com Argentina e Chile, com o objetivo de barrar a presença americana no Cone Sul. Esta suposta união, especialmente com Argentina de Perón, soava estranha aos setores opositores.¹³

1.3 – Comércio exterior: reajustamento do coeficiente de importações

De fato, outra constante fundamental é o forte condicionamento do quadro político interno sobre a ação externa em termos do comércio externo. Na medida em que a orientação, a credibilidade e a eficácia da política econômica orientadora das transações externas necessitam de sustentabilidade política interna, é possível estabelecer um nexo de causalidade entre as inconstâncias da política econômica e sua instabilidade político-institucional em alguns períodos.

Na política econômica, o retorno de Vargas ao poder em 1951 significava uma injeção de nacionalismo econômico na política exterior. A conjuntura não lhe era favorável, estando o

¹⁰ Almeida, R. (1982). Prefácio. In D’Araújo, M. C., editor, *O Segundo Governo Vargas (1951-54) - Democracia, Partidos e Crise Política*. Editora Zahar, Rio de Janeiro. pg. 194.

¹¹ BASTOS, Paulo Zahluth e FONCECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. pg. 362

¹² As taxas de inflação entre 1947 e 1953 eram elevadas apresentando inclusive tendência para maiores altas. Em 1947 atingia 2,7%, apresentou alguma estabilidade entre 1950 – 1951, mas voltou a subir e atingiu seu ápice do período em 1954 com taxa de 20,8%. FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Nacionalismo e Economia: o Segundo Governo Vargas*. In: SZMRECSÁNY; SUZIGAN (Org.) *História do Brasil Contemporâneo*. SP: Hucitec, 1997. pg. 207.

¹³ D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.(Série Fundamentos ; 90). p. 107.

parceiro principal, os Estados Unidos, sob orientação dos governos Truman e Eisenhower. Para estes, e para os órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a intervenção do Estado no controle do comércio e das finanças era nociva, a não ser que se fizesse para sanear as finanças públicas por medidas de ortodoxia liberal e para desobstruir os fluxos econômicos com o exterior mediante a adoção dos cânones do mercado.¹⁴

Vargas revidava com o discurso dos egoísmos dos grandes, da competição econômica e das necessidades do desenvolvimento. Embora não estivesse disposto a fazer concessões gratuitas, seu nacionalismo não podia ser qualificado de confrontacionista. Ao contrário, buscava por todos os modos a cooperação para o desenvolvimento, sobretudo com o parceiro principal, os Estados Unidos, cedendo o quanto convinha em termos de abertura de mercado, de facilidades para investimentos e para remessa de lucros.¹⁵

Impunha-se desenvolver internamente e com urgência instalação de indústrias de base e bens de capital de modo a se proteger dos choques externos e escapar da dependência de insumos essenciais bem como escapar da necessidade de exportações de produtos primários para gerar divisas. Mas havia um impasse nesse projeto que embarcar em um processo acelerado de substituição de importações que modificasse a própria estrutura produtiva era muito arriscado naquela circunstância, pois as importações necessárias para os investimentos concorreriam com as exigências de divisas para formar estoques de bens intermediários que fizessem funcionar a estrutura produtiva já existente. (Bastos:2001, p.329)

Isto tornava essencial o influxo de capitais externos. No entanto, conforme entendimento do governo, esse influxo não viria de fontes privadas dada a existência de gargalos estruturais em energia, transportes e disponibilidade de divisas. Desse modo, o sucesso da estratégia de Vargas dependeria de influxo de capitais públicos norte-americanos. No entanto, a coordenação Estatal ou estatização nos setores de energia contrariavam interesses de capitalistas americanos. Isso complicava as relações brasileiras com o Estado/capitalismo estadunidense.

O impacto inflacionário da desvalorização cambial também teve efeito político claro, ao reforçar o conflito distributivo agudo que marcaria a fase final da experiência política de Vargas. Ademais, a crise cambial deixou o governo fortemente vulnerável às pressões dos Estados Unidos da América (EUA); e, uma vez que dele dependia para obter financiamento compensatório em dólares, enfraqueceu a posição brasileira na barganha a respeito da remessa de lucros e, mais

¹⁴ Sergio Besserman VIANNA, *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*, Rio de Janeiro: BNDES, 1987, pg. 38-39.

¹⁵ Idem. pg. 32.

amplamente, da divisão de tarefas entre filiais estrangeiras e empresas estatais nos ramos básicos.¹⁶

TABELA 1 - SETOR EXTERNO

Exportações (FOB), Importações (FOB) e Balança Comercial: 1950-1951 (US\$ milhões)			
Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1950	1.359,0	934,0	425,0
1951	1.771,0	1.703,0	68,0
1952	1.416,0	1.702,0	-286,0
1953	1.540,0	1.116,0	424,0
1954	1.558,0	1.410,0	148,0
1955	1.419,0	1.099,0	320,0

Fonte: elaboração própria com base em dados do IBGE: www.ibge.gov.br

O aumento das importações, muito acima da capacidade de pagamento do país foi financiado pela acumulação de atrasados comerciais garantidos pelo governo federal e chegaram a US\$ 541 milhões ao final de 1952, com déficit em transações correntes de US\$ 709 milhões e de balanço de pagamentos em US\$ 615 milhões.¹⁷

II – Novas condições para o desenvolvimento: o governo peronista

Ao iniciar seu mandato em 1946, o novo governo encabeçado pelo general Juan Domingo Péron herdou ao mesmo tempo uma importante massa de reservas internacionais e uma economia descapitalizada como resultado da restrição do equipamento durante a década de 1930 e da Guerra Mundial. Nesse contexto, durante o triênio 1946-1948, o governo levou até as últimas consequências o que poderíamos chamar a fase “clássica” do processo de substituição de importações, no quadro de uma redistribuição de rendimentos em favor dos setores populares, essas condições foram expostas no primeiro plano econômico do governo.

As políticas expansionistas e redistributivas do período 1946-1948 foram acompanhadas por uma série de reformas da legislação social e pela ampliação da área de controle sobre o sistema econômico. No segundo plano pode-se destacar a criação de institutos responsáveis pelo

¹⁶ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil: sobre o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Texto para discussão: Instituto de economia da Unicamp. São Paulo: 2012. pg. 2.

¹⁷ Dados extraídos de <http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas>

controle de importações e exportações tradicionais da nacionalização de depósitos bancários e controle do sistema nacional de seguros.¹⁸ As modificações da estrutura produtiva, o aumento do emprego na indústria e nos serviços, as migrações internas, e a urbanização e, sobretudo, as políticas sociais do peronismo contribuíram para a integração do tecido social e para estabelecer maior equidade na distribuição de renda.

A necessidade de um Estado forte e presente na sociedade e na economia garantiria a soberania econômica. Perón mantém uma postura no sentido de aprofundar as políticas de seguridade social, afirmando a manutenção do pleno emprego e a proteção do trabalho, diante de algumas crises que poderiam afetar as indústrias que cresceram em número e capitalização durante a guerra. A expansão substancial da indústria durante a guerra, tanto para exportar quanto para importar para os países vizinhos quanto para substituir as importações, engrossou a massa de trabalhadores vindos do campo.

Apesar da retórica nacionalista, o programa de independência econômica foi celebrado pelo governo, o pós-guerra favoreceu o crescimento de setores industriais marginais como o argentino e o brasileiro.

Seguindo propostas das Forças Armadas, compostas pelo aprofundamento da substituição de importações, produção de insumos básicos, em setores da indústria de base (aço e petróleo), e determinada pela intervenção maciça do Estado, O Primeiro Plano Quinquenal atuou no planejamento da economia, priorizou a questão industrial ao aplicar uma política voltada em defesa e expansão deste mesmo setor, na proteção alfandegária para excluir competição externa, No plano interno seguia as políticas de distribuição de renda pelos setores trabalhadores.¹⁹ A situação era paradoxal, pois o desenvolvimento da indústria tornava o país mais dependente das importações de maquinários e bens intermediários.

Seguindo essa tendência a recuperação da economia, o Segundo Plano Quinquenal que deveria vigorar de 1953-57, empreendeu tentativas de conter a inflação, por meio da restrição ao consumo interno. Outras medidas visavam estimular a competitividade agrícola, esforço necessário devido à dependência ainda presente dos setores agroexportadores, principalmente a carne, deste modo, foi estimulada a compra de maquinários agrícolas. Essas medidas contribuíram para o fortalecimento do setor industrial, fundamental para manutenção da estrutura peronista.²⁰ Contudo essa política apresentava algumas deficiências, restringiu-se o crédito

¹⁸ FERRER, A. *A economia argentina: de suas origens ao início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.p. 178.

¹⁹ ROMERO, Luís Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar 2006.pg. 101 e 102.

²⁰ *Idem*, p. 116.

industrial e o uso de divisas; bem como foi dada prioridade às empresas grandes e, principalmente, às indústrias de bens de capital. (ROMERO, 2006).

Na segunda fase, período que culmina simetricamente com o segundo governo Vargas, o governo Perón concluiu, em 1949, no prazo previsto de três anos, a fase expansionista de sua política, apoiada no crescimento da demanda global, na redistribuição de renda, na consolidação do poder sindical e na ampliação da área de controle do poder público, esgotou-se simultaneamente, a fase clássica do processo de substituição de importações. Enquanto a contração das importações reduzia a disponibilidade de bens, o crescimento da produção interna esbarrava no estrangulamento da capacidade produtiva gerada em um longo período de baixa capitalização.²¹ A pressão da demanda global sobre a escassa disponibilidade de bens e serviços acelerou as pressões inflacionárias.

O novo programa econômico continha uma severa política de renda, com a criação de uma comissão nacional de preços e salários, a negociação de convênios trabalhistas e manutenção de um controle rigoroso de preços. Um aspecto da política econômica que merece destaque foi a ênfase, durante o governo peronista, no estreitamento dos vínculos com os países latino-americanos, especialmente os limítrofes.²² A política foi articulada principalmente por meio de acordos bilaterais, em cujo quadro produziu-se apreciável expansão do comércio.²³

Sobre a base de uma firme política de renda, sustentada pelo compromisso dos sindicatos com o governo, a nova política conseguiu estabilizar o sistema e iniciar uma modesta recuperação. Mas a fratura da densidade nacional era irrecuperável.

A conjuntura macroeconômica do período atravessou etapas bastante diferenciadas com características distintas. Nos primeiros anos o crescimento foi veloz e cifras de incremento no PIB de 8,9% em 1946 a 11,8% em 1947, contudo após esse período de apogeu e significativo incremento da economia, a segunda fase que se iniciou em 1949, conviveu com momentos de profunda recessão. Entretanto a partir de 1953, se observou uma inflexão da conjuntura, com três anos consecutivos de crescimento entre 4% e 5,5%.²⁴

Analisando os dados de oferta e demanda, podemos concluir que, a política econômica arquitetada pelo governo e a particular conjuntura imediata do pós-guerra, se agregaram para provocar uma curta, mas intensa etapa de auge entre 1945 e 1948, em que esses números

²¹ FERRER, A. *A economia argentina: de suas origens ao início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.p. 179.

²² *Idem*, p. 180.

²³ Os níveis de intercâmbio alcançados na ocasião somente foram superados anos mais tarde, após a entrada em vigor do Tratado de Montevideo (1960) que constituiu a Associação Latino –Americana de Livre Comércio. FERRER, A. (1989). *El devenir de una ilusión*. Buenos Aires, Sudamericana p.180.

²⁴ RAPOPORT, Mario. *Las políticas económicas de la Argentina. Una breve historia*. 1edição. Buenos Aires: Booket, 2010.pg.144.

cresceram de forma acelerada. Os promissores índices indicavam aumentos notáveis no consumo e na produção. Esta proporção nas taxas de crescimento entre oferta e demanda globais influenciaram no incremento das importações, que alcançaram valores quase quatro vezes maiores no mesmo período. O amento da demanda se devia a estímulos distintos. Em primeiro lugar, a importância da política salarial, em cujos objetivos estava em produzir a redistribuição progressiva de renda. A nova legislação deu amparo a alta real dos salários, pelo qual a demanda por bens de consumo cresceram notavelmente.

A auspiciosa conjuntura internacional impulsionou a indústria. Sobre este setor se fez sentir uma fase de estímulos, quando a guerra terminou e os mercados voltaram a normalidade, a descapitalização dos anos anteriores se converteu em uma demanda efetiva de maquinário importado, que disparou a fase de substituição e compras no exterior a níveis excepcionais.

Outro fator expressivo foi a crescente participação do Estado, tanto nos aspectos relacionados ao consumo como ao projeto de substituição de importações, que se deparou fortalecida no processo de nacionalização dos serviços públicos, evitando a expansão do setor privado, resultado do déficit fiscal e emissão de moeda.

O veloz crescimento dos componentes da demanda agregada gerava um incremento das importações, que atuava na maior parte sobre os bens de capital e amplo conjunto de bens de consumo que não de produziam no país. Entretanto, no imediato pós-guerra os preços internacionais dos produtos agropecuários se encontravam em níveis elevados e a Argentina procurava acumular reservas e créditos a seu favor. A partir deste momento, as exportações foram suficientes para financiar as maiores compras externas, evitando percalços na balança de pagamentos.²⁵

Os indicadores mostram que uma fase de auge ocorreu até 1948, para dar espaço a uma breve depressão, que foi uma premissa de três anos de considerável estagnação. Esta fase de baixas no ciclo econômico do governo peronista respondia causas complexas e provocou um profundo replanejamento da política econômica, que delineou o *Plan de Estabilización*, a partir de 1952. Do ponto de vista quantitativo, cabe ressaltar a contração do consumo e investimento, ainda que esta última tenha se recuperado rapidamente dos anos anteriores, para um novo contexto de crescimento de que iniciou em 1953.

A evolução do setor externo reveste especial interesse para essa crise. Assim como a conjuntura internacional favorável havia permitido investir na crescente demanda de exportações, a baixa dos preços no setor agropecuário provocou uma acentuada queda nos valores de

²⁵ Idem. pg. 145.

intercâmbio, as reservas haviam diminuído sensivelmente. Devido a um importante déficit na balança comercial, não puderam conter a expansão da demanda interna e os delineamentos da política econômica, voltada essencialmente para melhorar as relações de preços do setor industrial frente ao agropecuário, como chave para o crescimento.²⁶

O setor industrial dependia da importação de bens de capital e uma grande quantidade de insumos. Ao estimular-se fundamentalmente a produção de bens de consumo, a industrialização mostrava sua dependência. Ao mesmo tempo em que as condições de produção dos produtos agropecuários se arrastavam em prolongada estagnação, a política econômica tendia a promover a indústria em detrimento do setor rural. Contudo, dado a ausência de exportações industriais, o setor agropecuário era o grande responsável por garantir as divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas.

O *Plan de Estabilización* lançado em 1952 injetou a consciência da necessidade de um desenvolvimento setorial mais equilibrado. Os ajustes efetuados proporião uma relação de preços internos e externos não tão desfavoráveis ao campo, isso aliado ao estímulo de exportações mais tradicionais e equilíbrio das contas públicas. A economia retomou as taxas de crescimento, ainda que com taxas menores da primeira etapa de governo.²⁷

Do ponto de vista dos agregados macroeconômicos, a última etapa do governo peronista esteve perto de construir um caos econômico. Entretanto esta perspectiva pode ser criticada, pois a expansão da oferta e da demanda e o relativo equilíbrio do comércio externo acompanharam um aumento do déficit geral, sem sua elevação a níveis extraordinários.²⁸ Mesmo que a economia apresentasse uma situação crítica até 1955, existia um conjunto de tensões estruturais de longo prazo que colocavam limites à capacidade de expansão do aparato produtivo.

2.1 - Planos quinquenais, nacionalização e industrialização.

Ao chegar a presidência, Perón e seus colaboradores não teriam um plano orgânico de governo, mas, sobre a base dos estudos realizados pelo Conselho Nacional do Posguerra com a direção de José Figuerola, se delineou o *Plan Quinquenal de Gobierno*, que debia estabelecer a orientação econômica do país no período 1947-1951. O *Primer Plan Quinquenal* expressou uma

²⁶ Idem. pg. 145

²⁷ Idem. pg. 145

²⁸ RAPOPORT, Mario. *Historia econômica, política e social de la Argentina*. Buenos Aires, Mahhi, 2000.pg. 146 e 147.

política nacionalista e estatizante que se encontrava em consonância com as tendências existentes no mundo.

O plano estabeleceu simultaneamente ambiciosos e vagos objetivos, como a transformação da estrutura econômico-social por meio da expansão industrial, a redução dos fatores de vulnerabilidade externa através do resgate da dívida pública e privada e a nacionalização dos serviços públicos, a manutenção de uma política nacionalista frente aos organismos internacionais do pós-guerra, aproveitando a conjuntura favorável, ampla movimentação dos recursos nacionais aliados à aceleração da capitalização industrial e investimentos importantes no consumo interno.

Talvez o ponto que reflete com maior clareza os avanços e os problemas da concepção econômica do peronismo se encontra no plano da indústria. Pela primeira vez, um projeto governamental se pronunciava enfaticamente a favor da industrialização do país, fazendo referência aos múltiplos benefícios que este setor traria. Essa industrialização devia apoiar-se no mercado interno porque a Argentina baseava sua economia em altos percentuais de importação e exportação e se encontrava extremamente dependente das outras nações que compravam ou vendiam seus produtos. O projeto necessitava determinar prioridades, mas deixava claro que o dinamismo esperado recaía sobre o setor da indústria e sobre o mercado interno. Nesta estratégia se encontravam as chaves da expansão econômica encontrada nos primeiros anos de governo.

Entre os objetivos delimitados do plano, a nacionalização de empresas teve um papel muito importante, com a nacionalização da distribuição de gás e do setor telefônico. Em dezembro de 1946 foram adquiridas pelo Estado as ferrovias de capital francês, operação pequena, pelo escasso volume das empresas, mas outra se configurava em uma negociação bastante discutida, a compra das companhias ferroviárias britânicas.

Nesta segunda etapa se produziu um novo plano de estratégias políticas e também no aspecto econômico, afirmando-se uma nova estratégia na vida econômica argentina. Os sintomas das crises econômicas que começam a eclodir a partir do ano de 1949, foram se aglutinando cada vez mais, recorda-se a forte dependência da economia industrial em relação às importações, a escassez de divisas, a crise de energia, produção e mecanização no setor agropecuário, as secas e o congelamento dos salários. O fator inflacionário foi outra grande preocupação para o Estado peronista.

Em referência aos fatores de crise, podemos agregar a diminuição das exportações, o gasto público e a concorrência norte-americana. Além das questões econômicas, o Estado peronista foi perdendo recursos de poder na entrada da década de 50.

Em 1952 começou um novo plano ou programa chamado de *Ahorro o Austeridad*, o *Segundo Plan Quinquenal* procurou equilibrar medidas que ajudassem a sair o estancamento econômico estabelecido anteriormente. Entre 1949 e 1952 o setor industrial experimentou um desenvolvimento mais lento que o período anterior. A taxa de crescimento global foi de 2,9% e os setores mais dinâmicos foram os de maquinaria e artefatos elétricos, derivados de petróleo, veículos e produtos têxteis. Contudo, o eixo mais destacado, mesmo que a Argentina não dependesse da importação de bens de consumo para seu mercado interno, da dependência se acentuava nos combustíveis, os bens de capital, os insumos e as matérias primas necessárias para continuar o processo de industrialização.

A situação econômica em princípios de 1952 era, portanto: escassas reservas e insuficiência dos saldos de exportação se combinando com a necessidade de incrementar a importação de bens de capital e insumos industriais.

Nessa conjuntura o governo formulou o *Plan de Estabilización de 1952*, modificando a orientação econômica havia tido vigência anterior mediante a aplicação de fórmulas mais “ortodoxas”. O plano contemplava a implementação de uma série de medidas de emergência destinadas essencialmente ao controle da inflação, recuperação do setor externo e o aumento da produtividade. Essas medidas foram concebidas como um primeiro passo até a aplicação de outras de caráter mais permanente, que permitiram superar o que se considerava uma “crise de desenvolvimento”.

O *Segundo Plan Quinquenal* tinha como linhas gerais, propostas na manutenção do equilíbrio de preços e salários, estimulando o desenvolvimento econômico geral, e um programa de inversões estatal destinado a resolver as necessidades básicas do país no que refere a matérias-primas, energia, transporte e bens de capital.

O governo deu prosseguimento a política de substituição de importações e concedeu um papel complementar ao capital e ao crédito estrangeiro como fatores de cooperação e estímulo ao desenvolvimento econômico, o plano também procurou aumentar a capacidade de importação do país a partir de uma definida política de exportações que geraria as divisas necessárias.

Mario Rapoport comenta acerca das mudanças advindas com a implementação do segundo plano econômico do governo peronista:

Entre las medidas concretas que se tomaron em función del cumplimiento de los objetivos del Plan deben destacarse las tendientes a aumentar las exportaciones, para lo cual se proporcionó a los exportadores un tipo de cambio más

satisfactorio y se aumentó el número de productos que se podían negociar en el mercado libre.²⁹

O cumprimento das metas previstas pelo *Plan* exigia um grande esforço por parte do Estado nos financiamentos e os recursos proveriam fundamentalmente de títulos da dívida pública, e menor grau dos organismos públicos. Previa-se também a participação do capital privado, tanto interno quanto externo, e este último estava destinado a *Ley de Inversiones Extranjeras*, que foi sancionada em agosto de 1953.

Nos três primeiros anos do peronismo, em razão dos favoráveis do intercâmbio e a possibilidade de mercados existentes devido à situação pós-guerra, o comércio estrangeiro seguiu uma tendência positiva, continuando as perspectivas da guerra. Entretanto, um dos aspectos mais importantes do comportamento da balança comercial foi o incremento das importações providas dos EUA, que converteram esse país o principal provedor da Argentina.

Outro incremento fundamental supunha que parte do abastecimento argentino devia ser proporcionada por países latino-americanos através de compras que se realizariam por uma instituição denominada Administración de Cooperación Económica (ECA).

III - Comércio exterior e relações bilaterais Brasil-Argentina

As diferentes posições no campo internacional, a aliança com os Estados Unidos, no caso do Brasil, e a Terceira Posição equidistante das potências mundiais, no caso da Argentina, se colocaram em manifestou em várias oportunidades. Por exemplo, a Argentina estabeleceu relações com a União Soviética em junho de 1946, e o Brasil as interrompeu em outubro de 1947; o Brasil foi um propulsor do TIAR no continente, contudo a Argentina demorou anos para ratificá-lo.

Por outro lado, quando em 1949 Getúlio Vargas apareceu novamente como candidato no horizonte político de seu país, muitos brasileiros projetaram seus contatos com Perón, através do presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), senador Salgado Filho, e o jornalista e embaixador em Buenos Aires, Batista Luzardo. Perón ofereceu seu apoio ao partido de Vargas. Entretanto, devido a forte oposição que o regime peronista despertava no Parlamento, na Diplomacia, na imprensa e na opinião pública brasileiras, o presidente Vargas não pode concretizar seus planos de aproximação com a Argentina.³⁰

²⁹ RAPOPORT, Mario. *Las políticas económicas de la Argentina*. Uma breve historia. 1edição. Buenos Aires: Booket, 2010.pg.188.

³⁰ HIRST, Monica. *Todo es Historia*. Año XVIII diciembre de 1985, n° 224. *Vargas e Peron: las relaciones argentino brasileñas*.pg. 12

A boa relação que Vargas parecia manter com a Argentina se viu obscurizada pela posição contrária a um entendimento com Perón expressa pelo chanceler João Neves da Fontoura, que prestou muita atenção às ameaças que a possível aproximação coma política exterior da Argentina poderia causar. Monica Hirst destaca as principais divergências nos campo das relações Brasil-Argentina no período:

Así, en 1950 fue percibido con cierto recelo el propósito de Perón de mejorar las relaciones con Estados Unidos. Tanto los informes del embajador brasileño en Washington como los del propio canciller en ocasión de la Cuarta Reunión de Consulta revelaban que la relación conflictiva de la Argentina con Estados Unidos resultaba funcional a los objetivos de Brasil. La preocupación brasileña se acrecentó cuando el nuevo gobierno republicano de Eisenhower demostró que tenía intenciones de mejorar la relación con la Argentina. Sin embargo, para el embajador brasileño en Buenos Aires, Batista Luzardo, una buena relación con la Argentina no necesariamente representaría un obstáculo en los vínculos con Estados Unidos. A su vez, las relaciones de Brasil con Estados Unidos también preocupaban al gobierno argentino, el cual siempre trató de neutralizar las demostraciones más claras del alineamiento brasileño.³¹

A respeito das divergências internas no Brasil, em 4 de abril de 1954 João Neves da Fontoura, ex-ministro das Relações Exteriores, concedeu uma entrevista à imprensa acusando Getúlio Vargas e Juan Perón de haverem mantido entendimentos visando à assinatura de um acordo político-econômico entre a Argentina, Brasil e Chile, conhecido como Pacto do ABC. Segundo ele, tais entendimentos teriam se originado de conversações entre o presidente argentino e Getúlio, quando este era ainda candidato às eleições presidenciais, e que, depois de eleito, se mantiveram através de correspondência secreta.

A peça principal em que se baseou a denúncia de João Neves foi um discurso proferido por Perón na Escola Superior de Guerra da Argentina, em que teria delineado as bases para efetivação de um pacto cuja finalidade seria a união aduaneira entre os três países para enfrentar a pressão econômica exercida pelos Estados Unidos sobre a América do Sul. Nessa ocasião, o presidente argentino criticou a hesitação do chefe da nação brasileira, motivo pelo qual o pacto não teria se concretizado. O discurso, pronunciado em novembro de 1953, foi considerado apócrifo pela embaixada da Argentina. No supracitado discurso pronunciado na *Escuela nacional de Guerra* em Buenos Aires 1953, o presidente declarou:

La República Argentina sola, no tiene unida económica; Brasil solo, no tiene tampoco unida económica; Chile solo, tampoco tiene unida económica; pero estos

³¹ *Idem*, pg. 18-22

tres países unidos conforman quizá en el momento actual la unidad económica más extraordinaria del mundo entero, sobre todo para el futuro, porque toda esa inmensa disponibilidad constituye su reserva. Estos son países reservas mundo... Getulio Vargas estuvo total y absolutamente de acuerdo con esta idea, y en realizarla tan pronto él estuviera en el gobierno.³²

Durante o segundo governo Vargas o embaixador do Brasil naquele país era Batista Luzardo, que, atendendo à solicitação de Perón, tentou promover um encontro entre os dois presidentes. Antes mesmo que tal encontro se efetivasse, Perón, em visita ao Chile (fevereiro de 1953), expressou através da imprensa seu desejo de ver reativado o pacto firmado entre a Argentina, Brasil e Chile em 1915, propugnando a solidariedade entre as três nações ante qualquer tipo de agressão ou intervenção externa. Reafirmando, então, a necessidade de se estabelecer um novo pacto, Perón declarou ainda ter conhecimento do prévio assentimento do presidente brasileiro quanto a essa questão.

No outro lado, era evidente o direcionamento a respeito da política externa do segundo governo Vargas (1951-1954), que tinha como objetivo recuperar a capacidade de negociação frente aos Estados Unidos, apresentando-se como um obstáculo à aproximação proferida pela Argentina. O governo buscava o apoio norte-americano para obras de infraestrutura requeridas pelas suas indústrias, ainda que esse plano limitasse a inclusão do Brasil no bloco latino-americano, Vargas tratou de evitar sua participação em um projeto regional de tipo econômico.³³ Transformara-se esse tema em debate nacional, ocasionando uma articulação de interesses e opiniões que envolviam os setores mais expressivos da sociedade brasileira. Militares, parlamentares, burocratas, empresários, camadas populares e intelectuais participavam do debate.³⁴

É evidente que Perón realizou esforços para conseguir a liderança latino-americana. A aparente solidez da posição econômica da Argentina ao final da guerra, e o forte apoio interno com o qual o presidente foi eleito, somados a vulnerabilidade dos países vencidos que atravessavam crises sociais e econômicas, ofereceram a Perón a oportunidade de exportar bens de

³² Discurso Pronunciado por el Presidente de la Nación General: Juan Domingo Perón en la Escuela nacional de Guerra, Buenos Aires 1953. Invitado por el señor Ministro de Defensa Nacional, General de División D. Humberto Sosa Molina, a escuchar una conferencia que dictaría a los cursantes el señor Director de la Escuela Nacional de Guerra, General de División D. Horacio A. Aguirre, el Excelentísimo señor Presidente de la Nación, General de Ejército D. JUAN PERÓN, asistió el 11 de noviembre de 1953 al mencionado Instituto Superior, en compañía del señor Ministro invitante. <http://www.jdperon.gov.ar/material/listado.html/> *Instituto Nacional Juan Domingo Perón de Estudios e Investigaciones Históricas, Sociales e Políticas. Presidencia de la Nación Argentina.*

³³ HIRST, Monica. *Todo es Historia. Año XVIII diciembre de 1985, n° 224. Vargas e Peron: las relaciones argentino brasileñas*.pg. 19.

³⁴ HIRST, Mônica. *O Pragmatismo Impossível: A Política Externa do Segundo Governo Vargas*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990. p. 13.

consumo e capital, ao mesmo tempo que difundia sua doutrina. O presidente argentino utilizou principalmente quatro instrumentos para alcançar seus objetivos: convênios econômicos bilaterais, designar mais funcionários às embaixadas argentinas, estimular a propaganda, e incentivar, ou pelo menos, apresentar-se como modelo de governos militares nos países latino-americanos.³⁵ O governo brasileiro tinha a mesma convicção de que a Argentina buscava a constituição de um bloco austral, em aberta oposição ao Brasil.³⁶

O processo conturbado de aproximações e recuos influenciou significativamente o campo do comércio exterior. Neste período, houve a diversificação da pauta exportadora brasileira e também dos destinos desses produtos. O processo de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos intensificou-se a partir de 1930, ano em que se deflagrou a grande crise econômica mundial, devido à dificuldade para importar os bens manufaturados necessários ao abastecimento dos mercados internos. Esse modelo funcionou adequadamente durante a II Guerra Mundial e nos primeiros anos do período seguinte, possibilitando a criação de uma base industrial importante em vários países da região.

No entanto, o modelo começou a perder sua dinâmica no início da década de 50, ao encontrar dificuldades para equilibrar as contas externas. A estreiteza dos mercados nacionais foi identificada pela CEPAL como o fator que impedia a adoção de tecnologias produtivas mais eficientes e capazes de aproveitar as vantagens de escala, prejudicando, assim, a competitividade internacional da indústria em expansão. A expectativa era de que a ampliação dos mercados para o âmbito regional permitiria resolver o problema da balança comercial através de uma competitividade melhorada. Entretanto, os dois países não apresentaram níveis interessantes de desenvolvimento tecnológico ou mudanças significativas nos modelos ou políticas anteriormente adotados, mantendo-se em destaque a preocupação com o setor agroexportador, o que gerava busca por mercados nos países importadores de matéria-prima.

As dificuldades nos balanços de pagamentos dos países, evidentes já nos primeiros anos da década de 50, não foram superadas, no entanto, nas décadas seguintes, apesar da formalização dos

³⁵ PETERSON, Harold. *La Argentina y los Estados Unidos, 1810-1960*, Buenos Aires, Eudeba, 1970, pp. 536-538. Ver também Arthur P. Whitaker, *La Argentina y los Estados Unidos*, Buenos Aires, Proceso, 1956, pp. 254-255, y J.A.Tulchin, *op. cit.*, pp. 216-217. Juan Archibaldo Lanús *hace una interpretación radicalmente distinta del objetivo de la política exterior peronista, señalando el propósito de construir un ámbito de solidaridad en América latina, que desterrara la competencia y la lucha ideológica, y reemplazara la política de poder por la de colaboración. Esto parece haber sido parte de la retórica del peronismo, pero muchas de las acciones llevadas a cabo por el gobierno de Perón en Chile, durante la presidencia de González Videla, no se condijeron con aquélla*. Cfr. J. A. Lanús, *op. cit.*, tomo I, pp. 45-46.

³⁶ HILTON, Stanley. “*Las relaciones argentino-brasileñas: el punto de vista del Brasil*”, en Carlos J. Moneta *et al.*, *Geopolítica y política de poder en el Atlántico sur*, Buenos Aires, Pleamar, 1983, p. 28; J.A. Lanús, *op. cit.*, tomo I, pp. 47 y 46.

acordos de integração propostos (ALALC), a elevação dos volumes dos fluxos de comércio intraregional entre Brasil e Argentina acompanhou o aprofundamento dos programas de industrialização.

Presencia-se, pelo contrário, uma elevação dramática no nível de endividamento externo dos países da região até a eclosão da crise financeira Internacional. A tabela a seguir fornece um panorama quantitativo da evolução do comércio exterior entre os dois países, a partir da balança comercial brasileira para o período em relação à Argentina.

TABELA 2 – BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL EM RELAÇÃO À ARGENTINA

ANO	EXP	IMP	Saldo (*)	Corrente (*)	Part. % sobre total Brasil		Var.% de ano para ano	
					EXP	IMP	EXP	IMP
1953	76.612,3	160.744,5	84.132,2	237.356,8	4,98	14,04	0,00	0,00
1954	100.029,9	73.089,6	26.940,3	173.119,5	6,40	5,17	30,57	-54,53
1955	99.823,1	104.263,4	-4.440,3	204.086,5	7,01	9,45	-0,21	42,65

Fonte: elaboração própria com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior – DEPLA;

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>

Acordos comerciais entre Argentina e Brasil proliferaram. Desonerou-se o trigo argentino para a importação brasileira e o café brasileiro para a importação argentina. Novos itens entraram na pauta do comércio bilateral. Empresários brasileiros passaram a visitar constantemente Buenos Aires, contando até com o respaldo de visitas constantes de missões militares, em especial a do então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O irmão de Vargas, Deputado Luthero Vargas, e João Goulart, homem de confiança do presidente, também estiveram por várias ocasiões em solo platino.

Aos olhos da oposição brasileira, o estreitamento com a Argentina significava a formação de um regime sindicalista e o afastamento dos Estados Unidos, principal comprador; aos da platina, exprimia o risco de maior desindustrialização, em face da aquisição crescente de produtos químicos e metalúrgicos, com indesejada dependência concernente ao Brasil.

Dada a escassez de dólares dos dois, o entendimento bilateral foi considerado pelas diplomacias como a melhor forma de impulsionar o comércio exterior, por trocas, e de manter preço mínimo para produtos exportáveis como café, algodão, látex, lã, couro e trigo.

O comércio exterior do Brasil no início dos anos 50 acompanhou a normalização das regras internacionais e o café voltou a concentrar a maior parte das exportações nacionais, tendo os Estados Unidos como seu principal mercado. Entre 1953 e 1954, Brasil e Argentina reuniram-se para tratar da implementação de uma união aduaneira, porém, por conta de problemas políticos, a negociação não avançaria – em menos de um ano, Juan Perón sofreria um golpe de Estado e Getúlio Vargas se suicidaria, com o propósito de não se lhe aplicar um também.

Considerações finais

A análise das situações e políticas econômicas de Brasil e Argentina apontam diferentes fatores de fundo para o fracasso dessa união econômica e política: a pressão norte-americana, as oposições internas aos governos nacionalistas e a competição secular entre Argentina e Brasil pela hegemonia no Continente Sul-Americano e pelo status de parceiro privilegiado dos Estados Unidos. A diplomacia norte-americana boicotou como pôde a aliança das elites políticas da América do Sul, na primeira metade dos anos 50, ora não fornecendo ajuda material e militar para países que se insinuassem com a formação de blocos comerciais autônomos, desaconselhando suas instituições financeiras a liberarem empréstimos, ora ameaçando com a força armada pura e simples. Os dois países ficaram sempre na dependência externa, embora setores progressistas da classe política lutassem para, unidos brasileiros e argentinos, reverterem o jogo. Em visão relacionada ao comércio externo, a diplomacia desses anos foi diferenciada, na medida em que sempre embutia um caráter político, um projeto de nação, correlato às negociações comerciais.

O regime peronista, em seu apego a valores latino-americanos e pró-trabalho, incomodou as elites brasileiras, que reforçaram o estereótipo de competição entre os dois países, numa conjuntura em que o Brasil se industrializava mais rapidamente que a Argentina. Por conta disso, o argumento de que o Brasil deveria comandar e não se alinhar a países do sul do continente conseguiu respaldo nos setores sociais formadores de opinião.

O desprezo de uma parcela na classe política brasileira por seus vizinhos evidenciava um quadro de isolamento, e mesmo inconsciência, quanto à identidade latino-americana das elites do país. Por tudo isso, enfim, não foram constituídas instituições políticas em comum que coordenassem e fossem além dos tratados comerciais, o que mudaria a correlação de forças dos

países latino-americanos, periféricos, em relação ao Primeiro Mundo. Obviamente, na vida social e nos eventos históricos, são vários os fatores e influências que configuram a realidade.

A respeito das tentativas de articulação regional, galgadas principalmente pelo presidente da nação argentina, o Pacto ABC se encaminhava tacitamente nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina, e o principal motivo de sua não concretização foi a forma extremada com que foi exposto a público pelo Presidente Perón, numa conjuntura de crise da política brasileira, em que Vargas não possuía estabilidade suficiente para estabelecer uma diretriz sul-americanista contínua em nossa política externa. O Estado pode dirigir uma série de instrumentos políticos como resposta às demandas externas. Entretanto, tal esquema exige que se consiga estruturar um adequado sistema de conexões entre grupos internos. Em relação ao Pacto ABC, esse mecanismo falhou e, em vista disso, deu lugar à articulação oposicionista; em outras palavras, a conexão interno-externa não obteve êxito.

A moderna integração da América Latina tem sua origem na década de 1950, conformada, em primeiro lugar, por necessidades econômicas enfrentadas pelas maiores economias da região e, em segundo, pelos diversos reveses sofridos por seus governantes na busca de apoio norte-americano ao desenvolvimento. Um dos esforços mais sistemáticos resultou na criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 1949, vinculada às Nações Unidas, com a função de promover estudos e de auxiliar os governos na elaboração de projetos de desenvolvimento. A Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948 e que deveria cumprir na esfera política o que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) deveria fazer na área da defesa, não conseguia – ou não pretendia – dar respostas à altura das demandas dos países latino-americanos.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos

- ALMEIDA, Hamilton. **Sob os olhos de Perón. O Brasil de Vargas e as Relações com a Argentina**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ALMEIDA, Paulo Renan. **Perón-Vargas-Ibáñez Pacto ABC Raízes do MERCOSUL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- ALMEIDA, R. (1982). Prefácio. In D'Araújo, M. C., editor, **O Segundo Governo Vargas (1951-54) - Democracia, Partidos e Crise Política**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.
- BELINI, Claudio. **LA indústria peronista 1946-1955: política públicas y cambio estructural**. 1ª edição, Buenos Aires: Esdahsa, 2005.
- BASTOS, Paulo Zahluth e FONCECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BASTOS, P. P. Z. **Desenvolvimentismo incoerente? comentários sobre o projeto do segundo governo Vargas e as ideias econômicas de Horácio Lafer (1948-1952)**. Economia, Selecta, Brasília (DF), v.6, n.3, p. 191-222, 2005.
- BASTOS, P.P.Z. (2004) **Raízes do desenvolvimento associado (1937-1945)**. Revista Economia, v. 5, n. 3 - selecta -, dez.
- _____ (2006) **A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base**. Revista Economia, v. 7, n. 4- selecta – dez.
- BERNARDI, L. (2007) **Ortodoxia econômica nas origens da Era Vargas: Continuidade ou ruptura?** UNICAMP, 2007.
- CAFIERO, A. **La política exterior Peronista (1946-1955)**. Buenos Aires: Corregidor, 1996.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **Historia da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: UNB, 2002.
- CERVO, A. Luiz. M. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. Campinas, Papirus, 1998.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p.(Série Fundamentos ; 90).
- FAUSTO, B. e DEVOTO, F. J. (2004). **Brasil e Argentina; um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo, Ed. 34.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 2. ed,
- FERRER, A. (1989). **El devenir de una ilusión**. Buenos Aires, Sudamericana
- FERRER, A. **A economia argentina: de suas origens ao início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FIGUEROLA, Francisco José. **Política exterior soberana**. Buenos Aires.
- FIGUEROLA, Francisco. José **Primer Plan Quinquenal argentino**. Dirección General de Planeamiento del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Año 1973. Bs. Aires.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Nacionalismo e Economia: o Segundo Governo Vargas**. In: SZMRECSÁNY; SUZIGAN (Org.) **História do Brasil Contemporâneo**. SP: Hucitec, 1997.
- FONSECA, P. D. (1987). **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____ (2003). **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**?. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 1(89), p. 133-148, jan./mar.
- _____ (2004). **Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil**?. Pesquisa & Debate, São Paulo, SP, v. 15, n. 2 (26).

- FRONDIZI, Arturo. **La lucha anti-imperialista. Etapa fundamental del proceso democrático em América Latina**. Ediciones Debate. Buenos Aires, 1955.
- FURTADO, C. ([1959] 1977). **Formação econômica do Brasil**. 15.ed. São Paulo, Nacional.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação, história e problemas contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PETERSON, HAROLD. **La Argentina y los Estados Unidos, 1810-1960**, Buenos Aires, Eudeba, 1970.
- HILTON, Stanley. “**Las relaciones argentino-brasileñas: el punto de vista del Brasil**”, en Carlos J. Moneta *et al.*, *Geopolítica y política de poder en el Atlántico sur*, Buenos Aires, Pleamar, 1983.
- HIRST, Mônica . **O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)** Revista Cena Internacional, Brasília, ano 5, nº3, p. 1-33, jun. 2003
- JORGE, E. (1970). **Industria y concentración económica**. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.
- MALAN, P. et al. (1977). **Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)**. Rio: IPEA/INPES.
- GOLDESTEIN, Norma Seltzer. **O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade**. São Paulo: Ática, 2009.
- PARADISO, José. **Brasil-Argentina: as complexas vias da convergência**. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e LLADÓS, José Maria (orgs.). **Perspectivas Brasil e Argentina**. Brasília, IPRI/FUNAG, 2000, vol. 1.
- PEÑA, M. (1986). **Industrialización y clases sociales em la Argentina**. Buenos Aires, Hyspanamérica.
- PERÓN, J. D. (1948). **Seis artículos de Perón**. Buenos Aires, Presidencia de la Nación.
- PERÓN, J. D. (1963). **Tres revoluciones militares**. Buenos Aires, Escorpión.
- PERÓN, J. D. (1971). **Doctrina Peronista**. Buenos Aires, Ediciones del Pueblo.
- PERÓN, J. D. (1973). **El pueblo quiere saber de qué se trata**. Buenos Aires, Freeland.
- POTASH, R. (1985). **El ejército y la política em la Argentina**. Buenos Aires, Hyspamérica.
- RAMOS, J. A. (1991). **La era del peronismo**. Buenos Aires, Ediciones del Mar Dulce.
- RAPOPORT, Mario. **Las políticas económicas de la Argentina**. Uma breve historia. 1edição. Buenos Aires: Booket, 2010.
- RAPOPORT, Mario. **Historia econômica, política e social de la Argentina**. Buenos Aires, Mahhi, 2000.
- ROMERO, Luís Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- ROUQUIÉ, A. (1982). **Poder militar y sociedad política em la Argentina; hasta 1943**. v. I, Buenos Aires, Emecé.
- SIDICARO, R. (2002). **Los tres peronismos. Estado y poder econômico 1946-55/1975-1976/1989-1999**. Editores argetinos Buenos Aires. Siglo XXI, 2002.
- SKIDMORE, T. (1969). **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Saga.
- SOCHACZWESKI, Antonio Claudio. **Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968**. – São Paulo: Trajetória cultural, 1993.
- SOLA, L. (1982). **The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil: 1945-1963**. PhD thesis, University of Oxford. em port.: Ideias Econômicas e Decisões Políticas. São Paulo: EDUSP, 1998.
- VARGAS, G.. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1947. 11 v. _____ . (1952). **O governo trabalhista do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- VIANNA, Sergio Basserman. **A política Econômica do segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro. PUC/RJ, 1985. Dissertação de Mestrado.

VIANNA, S. B. (1990). **Duas tentativas de estabilização: 1951-1954**. In Abreu, M. P., editor, *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Editora Campus, Rio de Janeiro. 8a. reimpressão.

WALDMANN, P. (1981). **El peronismo 1943-1955**. Buenos Aires, Sudamericana.

WEFFORT, F. (1977) **“O populismo na política brasileira”**. In: FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Fontes

Arquivo Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, FGV ICpdoc. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. AGV. 50.03.0013. AOA. 47.03.04/01.

Art. 45° daba el "Plan de Realizaciones e Inversiones" y desarrollaba diversos proyectos de ley Ley de Reorganización de la Dirección Nacional de la Energía; - Ley Nacional de Energía; - Ley de Pesca y Caza Marítima; - Ley de Defensa de la Riqueza Forestal; - Ley creando el Centro Nacional de Investigaciones Agropecuarias; - Ley de Fomento de la Industria Nacional; - Ley Modificando la Ley de Aduanas; - Ley de Bases de Creación del Cuerpo de Aduanas.

FIGUEROLA, Francisco José – Programa de Política Exterior Justicialista. Dirección General de Planeamiento del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. Año 1973. Bs. Aires.

TABELA 1 - Disponível em: www.ibge.gov.br

TABELA 2 – Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>

Periódico

HIRST, Mônica. Todo es Historia. Año XVIII diciembre de 1985, nº 224. **Vargas e Peron: las relaciones argentino brasileñas**.